

Superior Tribunal de Justiça

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.544.178 - PR (2019/0207716-9)

RELATOR : **MINISTRO MOURA RIBEIRO**
AGRAVANTE : LUCIA FERREIRA GONCALVES
AGRAVANTE : FRANCISCO DE ASSIS PADILHA
AGRAVANTE : ERAIDES DE CASTRO
AGRAVANTE : MARLENE ALENSKI
AGRAVANTE : OVANIR NUNES DE JESUS
AGRAVANTE : ROSA PROENCA SCHENEKEMBERG
AGRAVANTE : SIRLEI LEAL FELEZ MATOS
AGRAVANTE : ANITA MENDES DOS REIS GONCALVES
AGRAVANTE : EVA SAMPAIO
AGRAVANTE : ISAURA LOPES MACIEL
AGRAVANTE : JOSEFA STOCKI
AGRAVANTE : JOSEFINA ALVES
AGRAVANTE : JULIA FERREIRA
AGRAVANTE : ROSALINA DE JESUS DOS SANTOS DE OLIVEIRA
AGRAVANTE : HELENA CIUSZ
AGRAVANTE : SALETE APARECIDA VIDAL SCHON
AGRAVANTE : VALDINI LOURENCO
ADVOGADOS : LOUISE RAINER PEREIRA GIONEDIS - PR008123
CARMEN GLORIA ARRIAGADA BERRIOS - PR020668
RAFAEL MACEDO DA ROCHA LOURES - PR036728
SANDRO RAFAEL BONATTO - PR022788
VERÔNICA MASCHIO VIANNA DE SOUZA E OUTRO(S) - PR064248
AGRAVADO : SUL AMERICA COMPANHIA NACIONAL DE SEGUROS
ADVOGADOS : MARCO AURELIO MELLO MOREIRA E OUTRO(S) - RS035572
CARLA PINTO DA COSTA - RS061655
PAULO ANTONIO MULLER - PR067090
VALENTINA RABELLO NEVES - RS101118
MARCOS JOSE GREGORY ZIMMERMANN - RS080729

EMENTA

CIVIL. PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. **RECURSO MANEJADO SOB A ÉGIDE DO NCPC.** AÇÃO DE COBRANÇA DE COBERTURA SECURITÁRIA. ILEGITIMIDADE PASSIVA *AD CAUSAM* DA SEGURADORA. REEXAME DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULAS NºS 5 E 7 DO STJ. AGRAVO CONHECIDO. RECURSO ESPECIAL NÃO CONHECIDO.

DECISÃO

LUCIA FERREIRA GONCALVES e outros (LUCIA E OUTROS)

Superior Tribunal de Justiça

ajuizaram ação de cobrança de cobertura securitária contra a SUL AMÉRICA COMPANHIA NACIONAL DE SEGUROS (SUL AMÉRICA), pleiteando a indenização prevista na apólice de seguro habitacional contratada entre as partes.

O Juízo de primeiro grau extinguiu o processo sem exame de mérito, com base no art; 487, VI, do NCPC, observada a ilegitimidade passiva *ad causam*. Fixou os honorários advocatícios no percentual de 15% sobre o valor da causa.

O Tribunal de origem, por sua vez, negou provimento ao apelo de LUCIA E OUTROS em acórdão assim ementado:

APELAÇÃO. AÇÃO DE RESPONSABILIDADE OBRIGACIONAL SECURITÁRIA. SISTEMA FINANCEIRO DE HABITAÇÃO. ILEGITIMIDADE PASSIVA AD CAUSAM DA SEGURADORA RECONHECIDA. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO. EXTINÇÃO DO PROCESSO, COM RESOLUÇÃO DE MÉRITO. IMPOSSIBILIDADE. EXTINÇÃO DO FEITO SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO NOS TERMOS DO ART. 485, VI, DO CPC/15. ALTERAÇÃO EX OFFÍCIO (e-STJ, fl. 2.355).

Em seguida, LUCIA E OUTROS interpuseram recurso especial, com base no art. 105, III, *a*, da CF, apontando a violação dos arts. 371 do NCPC; 6º, 47 e 54 do CDC. Sustentaram, em síntese, 1) a existência de provas documentais nos autos que comprovariam a legitimidade passiva da SUL AMÉRICA, e 2) a obrigação de uma interpretação do contrato de forma favorável aos consumidores.

O apelo nobre não foi admitido porque as razões recursais demandariam o revolvimento do conjunto fático-probatório dos autos, atraindo a incidência das Súmulas nºs 5 e 7 do STJ (e-STJ, fls. 1.103/1.108).

LUCIA E OUTROS interpuseram agravo em recurso especial reiterando as teses invocadas no apelo nobre denegado na origem, além de refutarem os fundamentos da decisão agravada (e-STJ, fls. 2.769/2.775).

Contraminuta apresentada (e-STJ, fls. 2.816/2.822).

É o relatório.

DECIDO.

De plano, vale pontuar que o recurso ora em análise foi interposto na vigência do NCPC, razão pela qual devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma nele prevista, nos termos do Enunciado Administrativo nº 3 aprovado pelo Plenário do STJ na sessão de 9/3/2016: *Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC.*

Superior Tribunal de Justiça

Da incidência da Súmula 7 do STJ (alegada ofensa aos arts. 6º, 47 e 54 do CDC

Nas razões do recurso especial, LUCIA E OUTROS sustentaram, em suma, a legitimidade passiva da SUL AMÉRICA.

No entanto, o Tribunal local, analisando os elementos de convicção colacionados nos autos, assim se manifestou:

Conforme bem defendido pelos autores, na formalização dos contratos pelo Ramo 66 (público), há um “pool” de seguradoras, por meio do qual há um revezamento na liderança da cobertura securitária, e todos os passivos e ativos compõem tal fundo, de modo que qualquer das companhias componentes pode responder pelo fundo.

Já nos contratos não vinculados ao Ramo 66, a Companhia responsável pela construção (COHAPAR) formaliza contrato com uma única Companhia de Seguros, que se responsabiliza pela cobertura de todos os mutuários que contrataram em um determinado período.

Contudo, inobstante a natureza dos contratos que ora se discute, o agente financeiro declarou que a Seguradora, ora apelada, “nunca foi responsável pela cobertura securitária dos imóveis financiados por esta COHAPAR, em nenhum Ramo, no âmbito do Sistema Financeiro de Habitação – SFH ou fora dele” (fl. 947), não fazendo parte, portanto, do “pool” de seguradoras mencionado.

Assim, verifica-se que a parte autora não se desincumbiu do ônus de confirmar junto a COHAPAR qual a seguradora contratada a fim de compor corretamente o polo passivo da presente ação, pelo que a extinção do processo é medida escorreita, não merecendo reparo, neste ponto, a sentença objurgada (e-STJ, fl. 2.359/2.360).

Nesse particular, o Tribunal local, baseando-se no conjunto fático-probatório contido nos autos, confirmou a ilegitimidade passiva da SUL AMÉRICA, já verificada pelo juízo sentenciante.

Desse modo, alterar a convicção formada pela Corte estadual demandaria o revolvimento das premissas fático-probatórias estabelecidas pelo acórdão recorrido, o que é vedado em sede de recurso especial, nos termos das Súmulas nºs 5 e 7 desta Corte.

Nesse sentido, confirmam-se os seguintes precedentes:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO (ART. 1.042 DO NCPC) -

Superior Tribunal de Justiça

AÇÃO DE INDENIZAÇÃO SECURITÁRIA - DECISÃO MONOCRÁTICA QUE NEGOU PROVIMENTO AO RECLAMO. IRRESIGNAÇÃO DOS AUTORES. 1. [...]

2. Ilegitimidade passiva constatada pelo Tribunal a quo com amparo nos elementos de convicção dos autos e no contrato. Demanda reexame de provas verificar se o contrato de seguro habitacional dos autores pertence ao Sistema Financeiro de Habitação e se teria sido contratado com a Caixa Seguradora S/A. Incidência do óbice da Súmula 7/STJ.

3. Agravo interno desprovido.

(AgInt no AREsp 980.985/PR, Rel. Ministro MARCO BUZZI, Quarta Turma, DJe 25/4/2018)

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE RESPONSABILIDADE SECURITÁRIA. SEGURO HABITACIONAL. ILEGITIMIDADE PASSIVA DA SEGURADORA RECONHECIDA NAS INSTÂNCIAS ORDINÁRIAS. REEXAME DE PROVAS E DE CLÁUSULAS CONTRATUAIS. ÓBICE DAS SÚMULAS 5 E 7 DO STJ. AGRAVO NÃO PROVIDO.

1. O Tribunal recorrido concluiu que os contratos celebrados pelos agravantes foram firmados por meio de apólices privadas (de mercado), com seguradoras diversas da requerida, motivo pelo qual concluiu por sua ilegitimidade passiva. Para alterar tais premissas, mostra-se indispensável a análise de cláusulas contratuais e o reexame do conjunto fático-probatório dos autos, inviável no âmbito do recurso especial, a teor das Súmulas 5 e 7 do STJ.

2. Agravo interno não provido.

(AgInt no AREsp 1.023.582/PR, Rel. Ministro LÁZARO GUIMARÃES (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TRF 5ª REGIÃO), Quarta Turma, DJe 9/3/2018)

Nessas condições, com fundamento no art. 1.042, § 5º, do NCPC c/c o art. 253 do RISTJ (com a nova redação que lhe foi dada pela emenda nº 22 de 16/3/2016, DJe 18/3/2016), **CONHEÇO** do agravo para **NÃO CONHECER** do recurso especial.

MAJORO em R\$ 500,00 o valor dos honorários advocatícios anteriormente fixados em desfavor de LUCIA E OUTROS, nos termos do art. 85, parágrafos 2º e 11, do NCPC, observando-se, no caso, a condição suspensiva decorrente da concessão da assistência judiciária gratuita.

Publique-se. Intimem-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília (DF), 02 de outubro de 2019.

Ministro MOURA RIBEIRO

Relator

